



Africa Criminal Justice Reform
Organisation pour la Réforme de la Justice Pénale en Afrique
Organização para a Reforma da Justiça Criminal em África



Alternativas à Prisão em Moçambique: A Implementação do Trabalho Socialmente Útil 2015-2019

Petrovic V., Lorizzo T., Muntingh L.

Maputo, 7 de Outubro de 2020

Apresentação

- Introdução
- Contexto
- Metodologia
- Quadro jurídico das medidas e penas alternativas a pena de prisão;
- Questões de pesquisa
- Implementação do Trabalho Socialmente Útil (TSU);
- Conclusões e recomendações.

Introdução

- Prisão em África como instituição fechada apenas na era colonial.
- África pré-colonial, a prisão, como forma de punição, era quase desconhecida. Os infratores eram tratados na comunidade, concentrando-se na restituição e compensação às vítimas.
- Moçambique: prisões foram construídas, sob o domínio português, desde o final do século XIX. As prisões eram usadas para os cidadãos portugueses condenados por crimes graves no continente e depois com degredo nas colônias. Somente quando o degredo foi abolido, as prisões das colônias foram usadas para a população local

Contexto

- Em 2017, Moçambique tinha uma população penitenciária de 18 185 reclusos, contra uma capacidade de 8 188, ou seja, 221% de ocupação.
- Cerca de 37% dos condenados cumpriam penas de até um ano e 40% até oito anos. Isso tornava-os candidatos ideais para sentenças não privativas da liberdade

Questões de pesquisa

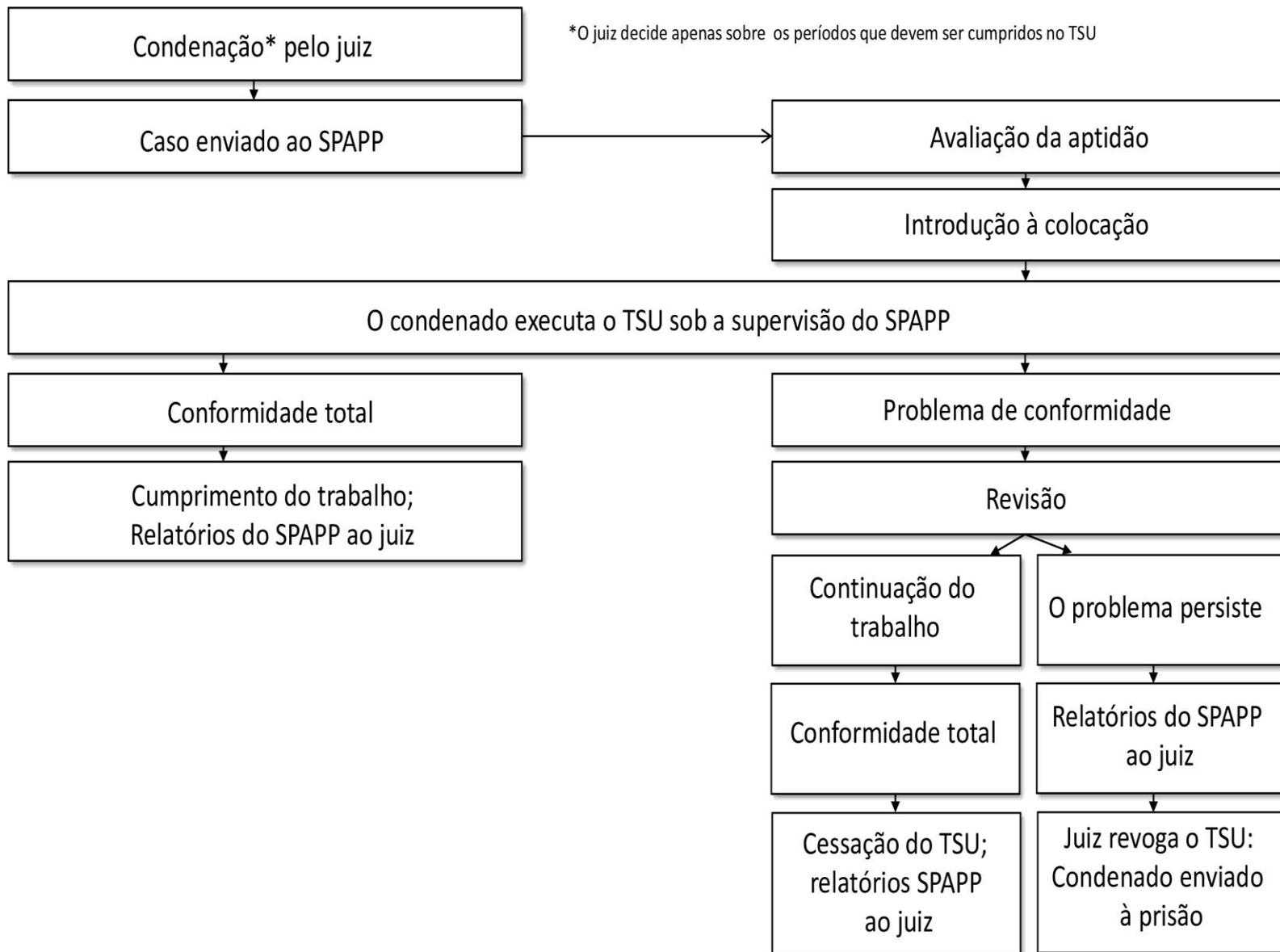
- Com que frequência o TSU foi usado como sanção pelos tribunais?
- Como o TSU foi implementado e monitorado?
- Quais são os desafios e realidades na prática?
- Que lições podem ser aprendidas do período de 2015 a 2019 sobre o TSU?

Metodologia

- Pesquisa de campo em três tribunais distritais da Cidade de Maputo (Ka Lhamankulo, Ka Mubukuana e Ka Maxaquene)
 - 5 juízes
- Dados Estatísticos disponíveis no Tribunal Supremo e no Serviço Nacional Penitenciário
- Entrevistas qualitativas com partes interessadas seleccionadas

Quadro jurídico das medidas e penas alternativas a pena de prisão

Alternativas	Tipo de alternativas	Tipo de ofensa	Fase de aplicação
Medidas alternativas	<ul style="list-style-type: none"> • Suspensão provisória do processo • Transacção penal. 	Obrigatoriedade aplicada a infracções puníveis com uma pena de prisão de um a dois anos.	Fase de instrução criminal. Está sob a autoridade do Ministério Público e é aprovada por um Juiz de Instrução Criminal.
Medidas educativas socialmente úteis	<ul style="list-style-type: none"> • A crítica pública na audiência do julgamento; • A reparação dos prejuízos causados; • A prestação do TSU por período não superior a 90 dias; • A privação, por período não superior a 90 dias, do exercício do direito cujo uso imoderado originou a infracção; • Multa, cujo valor seja fixado entre o mínimo de 0.5% e o máximo de 50% do salário mínimo. 	A legislação não específica.	Fase da sentença
Penas alternativas	<ul style="list-style-type: none"> • A prestação do TSU; • A prestação pecuniária ou em espécie entregue 	Obrigatoriedade aplicada a infracções puníveis com pena	Por um juiz na fase do julgamento, após suspensão da sentença de prisão.



Implementação do TSU – Tribunal Supremo

Não recolha desse dados pelo TS

Através da nossa pesquisa foram recolhidos dados:

- O seu uso é muito baixo;
- Não concordância entre os dados dos SERNAP e do TS:
 - 2015-2018: 729(TS) vs 1 324 (SERNAP)

Nos Tribunais

- Nenhum dos juízes entrevistados havia recebido formação sobre as alternativas;
- Confusão de papéis e responsabilidades (ex. Juízes aplicando tipo TSU)

A PARTIR DOS DADOS DO SERNAP 2015-2019

Casos por província

Tabela 3 Casos de TSU por província

Província	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	Total	%
Cabo Delgado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	1,3	2	0,6	10	0,6
Nampula	0	0,0	0	0,0	0	0,0	89	14,6	46	13,1	135	8,1
Niassa	0	0,0	0	0,0	9	2,1	59	9,7	4	1,1	72	4,3
Zambézia	0	0,0	7	2,6	28	6,5	64	10,5	11	3,1	110	6,6
Tete	5	23,8	48	18,0	44	10,3	52	8,5	18	5,1	167	10,0
Manica	0	0,0	61	22,9	80	18,7	98	16,1	48	13,6	287	17,1
Sofala	6	28,6	90	33,8	67	15,7	40	6,6	26	7,4	229	13,7
Inhambane	5	23,8	41	15,4	110	25,7	87	14,3	69	19,6	312	18,6
Gaza	5	23,8	17	6,4	76	17,8	72	11,8	50	14,2	220	13,1
Maputo Província	0	0,0	1	0,4	14	3,3	4	0,7	46	13,1	65	3,9
Maputo Cidade	0	0,0	1	0,4	0	0,0	36	5,9	32	9,1	69	4,1
Total	21		266		428		609		352		1676	

Tipo de TSU

Categoria	N	%
Limpeza	1470	89.6
Construção	46	2.8
Ensino	12	0.7
Trabalho Administrativo	21	1.3
Trabalho Agrícola	67	4.1
Trabalho de cozinha	6	0.4
Outros artesanatos	5	0.3
Cuidados de saúde	2	0.1
Assistência social	1	0.1
Segurança	0	0.0
Inspecção	10	0.6
Total	1640	100.0

Género e TSU

Tabela 5 Perfil de género para o TSU

PROVÍNCIA	Homens	Mulheres	Total	Homens %	Mulheres %
Cabo Delgado	6	4	10	0,4	0,2
Nampula	96	39	135	5,7	2,3
Niassa	69	1	70	4,1	0,1
Zambézia	95	15	110	5,7	0,9
Tete	140	27	167	8,4	1,6
Manica	267	20	287	16,0	1,2
Sofala	187	42	229	11,2	2,5
Inhambane	264	48	312	15,8	2,9
Gaza	171	47	218	10,2	2,8
Maputo Província	52	13	65	3,1	0,8
Maputo Cidade	63	6	69	3,8	0,4
Total	1410	262	1672	84,3	15,7

Horas género

Horas de TSU por género

Género	Média	Mediana	Min	Max
Homens	532	240	-	11.520
Mulheres	367	150	12	5.760

Tipo de ofensas

Crime	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Furto	373	34	407	28,7	13,6
Violência Doméstica	296	89	385	22,8	35,6
Ofensas Corporais	195	74	269	15,0	29,6
Roubo	145	6	151	11,1	2,4
Exploração ilegal de recursos minerais	65		65	5,0	
Dano à propriedade	29	1	30	2,2	0,4
Abuso de confiança	26	3	29	2,0	1,2
Fraude	23	6	28	1,8	2,4
Consumo e venda de estupefacientes	16	2	18	1,2	0,8
Caça Proibida	16		16	1,2	
Ameaças	11	3	14	0,8	1,2
Introdução em casa alheia	10	3	13	0,8	1,2
Falsificação	8	4	12	0,6	1,6
Jogos	2	8	10	0,2	3,2
Fogo Posto	7	2	9	0,5	0,8
Desobediência	7	1	8	0,5	0,4
Corrupção	5	2	7	0,4	0,8
Homicídio Simples/Qualificado	7		7	0,5	

Horas * 3 tipos de ofensas

Tabela 1 Número de horas impostas aos crimes mais comuns

Província	Roubo		Violência Doméstica		Agressões simples	
	N	Média de horas	N	Média de horas	N	Média de horas
Cabo Delgado						
Nampula	32	462	41	379	24	552
Niassa			6	533	2	560
Zambézia			16		16	
Tete	36	306	25	1273	28	2546
Manica	92	339	34	425	50	411
Sofala	80	281	14	581	1	324
Inhambane	101	561	67	317	16	316
Gaza	35	239	41	174	2	380
Maputo Província	2	240	4	360	1	240
Maputo Cidade	5	888	12	1152	1	

Situação processual

Tabela 1 Taxa de conformidade

Categoria	N	%
Em cumprimento	180	10,8
Abandono	293	17,5
Cumprido	1.196	71,5
Óbito	2	0,1
Indulto	1	0,1
Total	1.672	100,0

Horas vs situação processual

Resultados com base nas horas impostas

	1- 1000	1001- 1999	2000- 3999	4000+
Em cumprimento	9,4	21,2	23,5	2,0
Abandono	15,3	42,3	32,4	44,9
Cumprido	75,3	36,5	44,1	53,1

No SERNAP

- **Organização interna**
 - Falta de informações;
 - Falta de departamentos e repartições em todos os distritos;
 - Limitada coordenação interna
 - A formação foi apontada como uma das maiores lacunas;
- **Instrumentos de trabalho**
 - Inexistência de um Plano Estratégico;
 - Inexistência de Directrizes de Monitoria dos funcionários;
 - Inexistência de Directrizes de Supervisão dos condenados;
- **Orçamento**
 - Falta de recursos para a implementação das actividades necessárias;
- **Rotinas de trabalho**
 - Não há consistência na manutenção de registos;
 - O escritório de monitoria e avaliação foca-se na supervisão da conclusão do trabalho e não na avaliação do desempenho dos seus funcionários .
 - rastrear os condenados tem sido particularmente difícil.

Cont...

- Mecanismos de cooperação externa
 - Com o TS mecanismos fracos
 - Não foi parte da pesquisa relação com comunidade

Conclusões

- Não cumprimento da lei,
- Pouca/nula utilização do TSU pelos tribunais;
- Confusão de papéis e responsabilidades;
- Falta de formação
- Dependência do SPAP do SERNAP. Pouca/nula prioridade do TSU nas políticas do SERNAP.
- Falta de estratégias e procedimentos organizacionais e administrativos
- Escassez de recursos materiais que afectam a implementação e supervisão eficaz do TSU.

Recomendações

- Melhorar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros para a implementação do TSU através de um orçamento sólido.
- Garantir o apoio inicial dos doadores.
- Criação de claras estratégias e procedimentos de gestão
- Alocar pessoal permanente e treinado suficiente para o SPAP. Introdução de metas e análises de desempenho que garantam a qualidade do serviço.
- Melhorar as capacidades de recursos técnicos, especialmente nos escritórios locais do SPAP.
- Gestão de informações
- Participação e cooperação públicas
- Pesquisas

WWW.REFORMAR.CO.MZ